A CRISE ESTRUTURAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA CONTEMPORANEIDADE

Eryenne Lorrayne Sayanne Silva do Nascimento[1]

Alda Venusia Alves de Oliveira[2]

Celyane Souza dos Santos[3]

Maria de Fátima Leite Gomes[4]

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de apontar tendências da crise contemporânea do capital, buscando enfatizar a funcionalidade das crises na reprodução do sistema capitalista, bem como, a tendência do capital de ameaçar sua própria existência. Neste sentido, buscar-se-á numa perspectiva histórico-crítica, embasada na teoria marxiana, apontar a gênese da crise estrutural que teve desdobramentos no século XXI, a fim de compreender as respostas do capital e as consequências para o conjunto da humanidade. Utiliza-se a metodologia bibliográfica dialogando com Marx e os autores de tradição marxista. Desse modo, o estudo está direcionado para compreender as repostas da crise estrutural do capital, e ainda, apontar as consequências para classe trabalhadora e o mundo do trabalho. Desse modo, evidencia-se os paradigmas da crise estrutural do capital vivenciada no século XXI.

Palavras-chave: Capitalismo. Crise estrutural. Teoria Marxiana.

ABSTRACT

This article aims to point out trends in the contemporary crisis of capital, seeking to emphasize the functionality of crises in the reproduction of the capitalist system, as well as the tendency of capital to threaten its own existence. In this sense, an attempt will be made in a historical-critical perspective, based on Marxian theory, to point out a genesis of the structural crisis that had consequences in the 21st century, in order to understand the responses of capital and the consequences for the whole of humanity. The bibliographical methodology is used, dialoguing with Marx and the authors of the Marxist tradition. Thus, the study is aimed at understanding the responses to the structural crisis of capital, and also pointing out the consequences for the working class and the world of work. In this way, the paradigms of the structural crisis of capital experienced in the 21st century are highlighted.

Keywords: Capitalism. Structural crisis. Marxian theory. Working class.

[1] Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS); eryennelorrayne@hotmail.com.
[2] Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS); aldavenusiaoliveira@gmail.com.
[3] Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS); celyanesouza1@hotmail.com.
[4] Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Professora Doutora no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS); fatima.l.gomes2016@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

No movimento da história, o desenvolvimento do capitalismo fora composto por sucessivas crises econômicas, marcado por períodos de queda nas taxas de lucro, propagando instabilidade e estagnação no processo de produção. Nesse contexto, a crise é resultado das contradições existentes no próprio âmbito do capitalismo, se apresentando assim como ineliminíveis ao sistema, tendo em vista que, impulsiona a reorganização do processo de produção e reprodução social.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo abordar os aspectos da crise capitalista, bem como, sua funcionalidade para o sistema. Para isto, buscar-se-á apontar a abordagem da teoria marxiana e dos autores da tradição marxista, a fim de apreender as causas e desdobramentos da crise no âmbito econômico, político e social.

À vista disso, explana-se a crise estrutural do capital em órbita desde os anos de 1970, cuja estratégias de enfrentamento ocasionaram transformações societárias, ao qual Gomes (2007, p. 100) aponta como a formação de uma “cultura da nova ordem”. Dessa forma, afeta o capital global, envolvendo todo o sistema de maneira estrutural, manifesta-se de forma mais agressiva e revoluciona a forma de produção, se estendo à dimensão sociopolítica.

Essas estratégias ocasionaram a reestruturação produtiva, que alterou a base produtiva, adotando um novo modelo de produção. Neste caso houve a substituição do fordismo/taylorismo pôr o Toyotismo ou acumulação flexível, impactando no mundo do trabalho e sua divisão técnico-social. Através da ofensiva Neoliberal, desenvolve-se uma ação interventiva do Estado capitalista, a fim de evitar o colapso do sistema. Aponta-se ainda, a eclosão da crise de 2008, considerada um desdobramento, da crise sem precedentes que vigora.

Contudo, este artigo apresenta as condições pelas quais a crise reorganiza a sociedade capitalista, bem como, as bases para a sustentação do sistema vigente. De modo que, explicite as consequências negativas para o mundo do trabalho e a classe

que vive dele. Os impactos da crise sustentada nas mãos dos trabalhadores que vende sua força de trabalho, e ao mesmo tempo tem ela extraída pelo capital.

2 A FUNCIONALIDADE DA CRISE PARA O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Na dinâmica do sistema capitalista as crises são permanentes e inerentes aos ciclos do capital, logo compõem sua natureza contraditória, sendo considerada uma etapa essencial mediante os mecanismos propulsores da acumulação no capitalismo. Segundo Mészaros (2000, p. 7), a crise contemporânea do capital trata-se de uma crise estrutural caracterizada como um período de longa recessão do capital, ocasionando mudanças fundamentais no metabolismo social.

Demonstrando características singulares, nas últimas décadas o capital enfrenta uma crise que teve sua gênese nos anos de 1970, após os “Anos Dourados”, e se estende até a atualidade, provocando consequências a nível global, como aponta Mészáros (2011):

> A imensa expansão especulativa do aventureirismo financeiro – sobretudo nas últimas décadas – é naturalmente inseparável do aprofundamento da crise dos ramos produtivos da indústria, assim como das resultantes perturbações que surgem com a absolutamente letárgica acumulação de capital (na verdade, acumulação fracassada) no campo produtivo da atividade econômica. Agora, inevitavelmente, também no domínio da produção industrial a crise está ficando muito pior (MÉSZÁROS, 2011, P. 25)

Nessa perspectiva, a obra marxiana nos revela que o modo de produção capitalista se desloca no sentido de expansão do capital, no qual as inópias sociais podem ser contraídas como mecanismos empregados a favor da geração de valor. Para Marx, em “O Capital”, no movimento do capital há uma tendencial queda das taxas de lucro, que por sua vez, geram as crises no modelo de produção capitalista, ao qual Marx (2001) refere-se a seguir:

> [...] a grandeza da acumulação é a variável independente, a grandeza do salário a variável dependente, e não o contrário. Assim, por exemplo, na fase de crise do ciclo industrial, a baixa geral dos preços das mercadorias se expressa como aumento do valor relativo do dinheiro, ao passo que, na fase de prosperidade, a alta geral dos

> preços das mercadorias se expressa como queda do valor relativo do dinheiro (MARX, 2001, p. 454).

Portanto, o capitalismo gera capitalismo, por si próprio desenvolve seu processo de expansão e cria suas próprias barreiras, de modo que as crises se inserem nesse processo de desvalorização do valor e reestruturação dos modos de produção, ou seja, não há capitalismo sem crise. Os obstáculos à acumulação são severamente atropelados nesse processo, sendo compelidos pelas novas estratégias anunciadas pelo capital.

Nessa perspectiva, em concordância com Harvey (2011, p. 18), através da crise o capital reconfigura-se, cria novos modelos de desenvolvimento, novos campos de investimentos e novas formas de poder de classe. Isso significa, que é por meio dela que se reinventa as suas formas de exploração, de modo que não atinja sua estrutura, resguardando as formas de acumulação do capital.

À vista disso, na sociedade capitalista a riqueza gerada pelo trabalho é apropriada pelos capitalistas, na medida que, a classe trabalhadora produz montantes superiores do que retorna em forma de salário, mais precisamente, a força de trabalho gera valor excedente, o que Marx designa como a mais valia. Nesse sentido, Harvey (2013, p. 100) explícita este processo como: “o mais-valor surge por que os trabalhadores trabalham além de horas necessárias para reproduzir o valor equivalente de sua força de trabalho”.

Devido este processo, o poder de consumo da classe trabalhadora é limitado, os bens produzidos constantemente estão em excesso, pois os trabalhadores não possuem condições materiais para comprá-los. Ademais, isto posto, nos direciona para um dos aspectos apontados como causador das crises na teoria marxiana e nas interpretações dos marxistas, o subconsumo.

A teoria do subconsumo trata-se do acúmulo de mercadorias resultando na superprodução de valores de uso, uma vez que, o capital produz mais mercadorias do que pode escoar, a produção em alta não encontra o consumo equilibrado, que implica na realização do capital, a mais-valia não se transforma em lucro e a oferta de mercadorias se excede, ou seja, não encontra uma demanda equivalente. Ademais,

quando essa fração da produção não consegue ser escoada, ocasiona a superprodução e a retração da economia, a redução dos lucros e a estagnação dos investimentos.

Outro fator apontado como causador da crise no capitalismo, está centrado na superacumulação, no qual ocorre o aumento do investimento em capital constante em detrimento do capital variável, como indica Alves (2016)

> Como observa Antunes, depois de Marx, "a 'diminuição do fator subjetivo do processo de trabalho em relação aos seus fatores objetivos' ou 'o aumento crescente do capital constante em relação ao variável' reduz relativamente, mas não elimina, o papel do trabalho coletivo na produção de valores de troca." (ANTUNES, 1995). A *crise do trabalho abstrato* (o que produz efetivamente valor) decorreu do aumento da composição orgânica do capital, ou seja, o aumento crescente do capital constante em relação ao capital variável (em termos de valor) (MARX, 2013) (ALVES, 2016, p. 685-686).

Em outros termos, a inserção de novas tecnologias e máquinas; a substituição de trabalho vivo por trabalho morto; a evolução das técnicas. Ambas as composições visam gerar para o capital mais lucro, uma vez que acelera a produção. Entretanto, com a diminuição da mão-de-obra e tendencial aumento da exploração da força de trabalho, aumenta também as tensões internas e os trabalhadores exercem uma pressão para os aumentos de salários. No qual Marx (2001), exemplifica:

> Se de um dado capital, por exemplo, calculando-se percentualmente, investia-se originalmente 50% em meios de produção e 50% em força de trabalho, posteriormente, com o desenvolvimento do grau de produtividade do trabalho, investem-se 80% em meios de produção e 20% em força de trabalho etc. Essa lei do aumento crescente da parte constante do capital em relação à sua parte variável é corroborada a cada passo pela análise comparativa dos preços das mercadorias, comparando-se diferentes épocas econômicas de uma única nação ou nações diferentes numa mesma época. Enquanto a grandeza relativa do elemento do preço que representa apenas o valor dos meios de produção consumidos, ou seja, a parte constante do capital, estará na razão direta, a grandeza relativa do outro elemento do preço, que representa a parte que paga o trabalho ou a parte variável do capital, estará na razão inversa do progresso da acumulação (MARX, 2001, 456).

Contudo, no decorrer desse processo de mecanização para ampliar a produtividade, desenvolve-se as problemáticas, implicando diretamente no preço da

mercadoria, na busca de escoá-la o mercado torna-se mais competitivo, assim ocorre a redução dos preços.

Para Marx, a complexidade da crise era resultado de uma ação conjunta dos fatores supracitados, uma vez que, as crises não possuem uma causa única, o que as determinam como pluricausalidade das crises[5]. Dessa forma, as causas predominantemente apontadas são: a anarquia da produção, a queda da taxa de lucro e o subconsumo das massas trabalhadoras.

Contudo, as consequências da crise tornam-se visíveis através de diversas manifestações, como: alguns segmentos dos capitalistas beneficiam-se com o aumento da concentração de riqueza, em detrimento da falência dos capitalistas de pequeno porte; a classe trabalhadora impactada por vários ângulos, padece com o aumento do desemprego, retirada de direitos trabalhistas, retraimento das políticas sociais, redução dos salários e aumento das jornadas de trabalho. Em linhas de fato, promove o aumento do exército industrial de reserva, do pauperismo e da desigualdade.

Para tanto, no topo da pirâmide permanece os grandes capitalistas, através de uma oligarquia financeira global, aumentando o poder econômico, com isso a concentração de riquezas. Assim, recai para a classe trabalhadora o ônus de alimentar esse processo.

3 A CRISE CONTEMPORÂNE DO CAPITAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Considerando a discussão anterior, constata-se que a crise estrutural contemporânea teve seus primeiros indícios, ainda no século XX, mais precisamente nos anos de 1974-1975, que de acordo com Gomes (2007):

> [...] esta crise se apresenta por uma situação de superacumulação do capital, se tornando manifesta em meados dos anos 70 com aumento dos preços do petróleo bruto no mercado internacional e se materializando nos anos 80, através da expansão do

[5] Termo extraído da discussão de Netto e Braz (2012), no texto sobre “As crises e as contradições do capitalismo”, no livro da biblioteca básica de Serviço Social, **Economia Política: uma introdução crítica.**

> mercado financeiro e das altas taxas de juros, requerendo grande capital, medidas de ajustes com vistas à reestruturação da economia mundial (GOMES, 2007, p. 101).

Nessa perspectiva, os ajustes utilizados para a recuperação das taxas de lucro e do ciclo produtivo, concentraram-se nas seguintes medidas, a reestruturação produtiva, a mundialização do capital, o neoliberalismo e a financeirização.

A reestruturação produtiva, por sua vez, no âmbito da indústria, incorporou uma transformação na base técnica da produção, cujo teve por base mudanças tecnológicas e organizacionais. Em suma, houve a alteração do modelo de produção predominante, sendo introduzido o modo de acumulação flexível através do modelo japonês de produção, designado como toyotismo (ANTUNES; DRUCK, 2013).

Para o mundo do trabalho, as transformações ocasionadas pelo novo modelo, acarretou impactos nocivos, uma vez que, os postos de trabalho foram atingidos pelas novas tecnologias de informações, gerando o aumento da exploração da força de trabalho, desemprego, subemprego, terceirização e informalidade. A massa do exército industrial de reserva, lutando para sua sobrevivência, se depara com a informalidade, mais uma vez enfrentando a desregulamentação dos direitos trabalhista, Antunes e Druck (2013) apontam as consequências desse processo:

> Uma fenomenologia preliminar dos *modos de ser* da precarização demonstra a ampliação acentuada de trabalhos submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira, trabalhando dentro ou fora do espaço produtivo das empresas, quer em atividades mais instáveis ou temporárias, quando não na condição de desempregado. Crescentemente, a busca da "racionalidade instrumental" do capital vem impulsionando as empresas à flexibilização das relações de trabalho, da jornada, da remuneração, reintroduzindo novas relações e formas de trabalho que frequentemente assumem feição informal (ANTUNES; DRUCK, 2013, p. 218).

Ademais, dando continuidade as medidas do capital, através da mundialização do capital, os grandes grupos capitalistas dos países centrais expandiram suas produções para além das fronteiras, instalando-se nos países de capitalismo periférico no qual tanto a matéria-prima como a mão-de-obra são barateadas, para exemplificar, Alves (2006) aponta:

> A crise estrutural de valorização do valor por conta da redução em termos relativos do trabalho produtivo de mais-valor não significou, absolutamente, o desaparecimento do

> núcleo orgânico de trabalhadores produtivos do capital, que cresceu em termos absolutos, embora não em termos relativos, na indústria e nos serviços capitalistas, principalmente nos países de desenvolvimento capitalista hipertardio. Apesar de sua redução quantitativa (em termos relativos), o ser que trabalha produzindo mercadorias mantém, ainda, papel estruturante na dinâmica sistêmica do capital. Por exemplo, a expansão da industrialização pela China, Sudeste Asiático e inclusive África, e o movimento de privatização e expansão de serviços capitalistas fez aumentar, em termos absolutos, a massa de trabalhadores produtivos no conjunto da "classe" do proletariado mundial (ALVES, 2016, p. 686).

Na esfera do Estado, através do Consenso de Washington[6] foi expandido em âmbito mundial, a implementação da agenda neoliberal, com o objetivo de desarticular o Estado de Bem-Estar social. Este, impulsiona a refuncionalização do Estado, de modo que, diminuía sua ampliação para o social e expanda-se para o capital[7]. Desta feita, através da minimização do Estado, ocorre o ataque aos direitos sociais e conquistas dos trabalhadores. De acordo com Netto (2012),

> incorporado o antiestatismo como priorização da sociedade civil, e também, como demanda democrática, do que decorrem dois fenômenos: 1) a transferência, para a sociedade civil, a título de "iniciativa autônoma", de responsabilidades antes alocadas à ação estatal (aqui, a multiplicação assombrosa de ONGs é emblemática); 2) a minimização das lutas democráticas dirigidas a afetaras instituições estatais. (NETTO, 2012, p. 422-423)

Para tanto, o projeto Neoliberal apoia-se em um tripé: a flexibilização que implica na reestrutura do modo de produção, a desregulamentação que implica na abertura dos mercados nacionais e a privatização que implica no redirecionamento das riquezas públicas para o capital. A sua principal crítica é justamente, o caráter interventor do Estado, defendendo dessa maneira o redimensionamento do aparato estatal.

---

[6]Novaes (2008), esclarece que [...] este receituário "prescrito" por estes organismos financeiros, o símbolo de tais políticas liberalizantes foi definido como Consenso de Washington. De acordo com Batista (1995), em novembro de 1989, reuniram-se, em Washington (capital estadunidense), funcionários do governo dos EUA, do FMI, do Banco Mundial e do BID para avaliarem as reformas econômicas promovidas na área. O resultado destas análises foi o reconhecimento da "excelência" das reformas até então promovidas na região (com exceção do Brasil e do Peru). Foi referendada, sob a tutela do governo dos EUA, a recomendação da implantação das políticas neoliberais como condição para conceder "cooperação" financeira externa, bilateral ou multilateral (NOVAES, 2008, p. 6).

[7]Segundo Netto e Braz (2012, p. 239), [...] ideologia neoliberal, sustentando a necessidade de "diminuir" o Estado e cortar as suas "gorduras", justiça o ataque que o grande capital vem movendo contra as dimensões democráticas da intervenção do Estado na economia. Contudo, melhor que ninguém, os representantes dos monopólios sabem que a economia capitalista não pode funcionar sem a intervenção estatal; por isso mesmo, o grande capital continua demandado essa intervenção.

Esse modelo de desenvolvimento, à luz do neoliberalismo, opera em condições de impulsionar a economia de mercado, a partir das regras do ambiente econômico internacional. Dessa maneira, molda-se às exigências impostas aos países periféricos, cumprindo as suas receitas: abertura das economias ao comércio e finanças internacionais, redução dos gastos públicos (privatizações, quebra de monopólios e enxugamento de gastos sociais), desregulamentação dos mercados (ênfase no investimento privado), combate à inflação e maior disciplina fiscal.

Ao diminuir a dimensão reguladora do Estado, a primeira medida, foi retirar as políticas sociais que se concentravam no modelo do Welfare States, corte dos direitos sociais, pois direcionava a ele como um dos responsáveis pela crise, devido aos gastos públicos com serviços sociais. As políticas sociais são maciçamente impactadas, uma vez que, redimensionam o caráter universal, as tornando focalizadas e seletivas.

No entanto, adota-se a política do ajuste fiscal, ao qual os Estados capitalistas direcionam as taxas e os impostos arrecadados para cessar as dívidas públicas, desresponsabilizando os credores e direcionando para injetar capital nos bancos e empresas no momento de crise, mediante a financeirização. Dessa forma, os recursos extraídos do trabalho, mais precisamente, das mãos da classe trabalhadora são deslocados para o capital privado.

A funcionalidade da dívida pública[8] para o capital, ganha destaque neste período da crise, ao redimensionar os seus pressupostos na valorização do capital fictício. Para analisar-se o desenvolvimento do capitalismo e as particularidades assumidas na contemporaneidade, faz-se necessário compreender esses meios propulsores do sistema. O modo de produção estabelece a dissociação entre trabalhadores e meio de produção, a partir do momento em que o capital se torna

[8] É imprescindível destacar que, de acordo com LUPATINI (2012, p. 68) [...] a dívida pública cumpre um papel relevante na reprodução do capital. Se, por um lado, a dívida pública atende "às necessidades" de financiamento dos Estados capitalistas, por outro lado, vem sendo, cada vez mais, uma fonte de alimento do grande capital – grandes grupos, bancos, fundo de pensão, fundo de investimentos, companhias de seguro. A evidência que a dívida pública é locus privilegiado pode ser ilustrado por esses dados. Entre 1981 e 2007, a relação entre dívida pública (da esfera federal) e Produto Interno Bruto (PIB) nos países da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) cresceu de 23,3% para 55,1% (os dados foram retirados da OCDE stat.).

mais independente não se concentra nessa dissociação, expressando a contradição, no entanto a reprodução é disseminada de forma mais abrangente.

Diante disso, pode-se observar que “a crise estrutural do capital é a séria manifestação do encontro do sistema com seus próprios limites intrínsecos” (MÉSZAROS, 2000, p. 14). Na medida que cria suas barreiras de desenvolvimento, através de suas medidas para o enfrentamento redimensiona seus impactos, em concordância com JÚNIOR (2016),

> A duração do processo de recomposição das condições que permite uma retomada da acumulação será determinada pelo tempo necessário para a digestão do excedente absoluto de capital, condição necessária —ainda que insuficiente— para a abertura de novas frentes de expansão do capitalismo (JÚNIOR, 2019, p. 174).

Dessa forma, os desdobramentos na contemporaneidade se acentuam, por volta dos anos 2007 e 2008, no qual a partir da “crise do subprime” (HARVEY, 2011), iniciada nos Estados Unidos, dar-se continuidade à longa onda de recessão, e também, de proporções globais. As catástrofes das hipotecas, atingiu as instituições financeiras dos Estados Unidos, desencadeando uma crise mundial, ampliando suas proporções para os países eurocêntricos até a América Latina.

Ademais, as sucessivas crises intensificam a corrosão no mundo do trabalho, e a precarização que já assolava a classe trabalhadora, agora mais uma vez para ela recai o ônus desse processo de crise. E por fim, a sua consciência de classe afasta-se devido ao intenso ataque as organizações trabalhistas e a luta pela sobrevivência. Mas, não obstante, mesmo mediante um contexto totalmente adverso, sustenta-se e busca-se a força para sua reorganização. Mesmo em cenário desfavorável, os trabalhadores permanecem a frente das reivindicações, incansavelmente levantando suas bandeiras na busca pela justiça social, por jornadas justas, direitos básicos, proteção social ampliada, manutenção e consolidação de suas conquistas.

Por fim, vale ressaltar que, a luta de classes não encontra-se estagnada mediante esse processo, pois a classe trabalhadora por meio da correlação de forças, ergue-se na luta contra as opressões e exploração dos sistema capitalista. Nesse sentido, nota-se a expressividade da contradição, visível no antagonismo das classes sociais, que em decorrência das crises capitalistas são agudizadas.

4 CONCLUSÃO

Pode-se constatar, que através da crise o movimento do capital reconstrói os aparatos necessários para sua produção e reprodução social. As respostas desenvolvidas visam o retorno do processo produtivo e o aumento das taxas de lucro, para alcançar seu objetivo desmonta o trabalho na medida que amplia as formas de exploração. Os trabalhadores enfrentam as modificações estruturais, retornam à intensificação das jornadas de trabalho, redução dos postos de trabalho e o desemprego estrutural.

Portanto, observa-se que mediante a crise, os impactos gerados para o trabalhador o atingem em todos os ângulos, desde a intensificação da exploração até o retraimento das políticas sociais. Os novos processos produtivos estabelecidos, ocasionam a redução alarmante do trabalho, e com isso ocorre o crescimento do exército industrial de reserva do tardo-capitalismo.

No topo da pirâmide permanece os grandes capitalistas, se afirmam através de uma oligarquia financeira global, aumentando o poder econômico, com isso a concentração de riquezas. Essa mudança na estratificação social, traz consigo uma modificação no perfil demográfico da população, com a expansão dos centros urbanos, assim como o crescimento das atividades de serviço, difusão da educação formal e circuitos da comunicação social.

No âmbito cultural, o tardo-capitalismo dissemina, a divulgação do consumo, incentivando a classe trabalhadora a consumir certas mercadorias, e essa difusão acontece através dos meios midiáticos. Desse modo, a sociedade propaga a cultura do consumo, e a circulação das mercadorias se tornam cada vez mais rápidas, produzindo de forma imediata uma substituição incessante de novos produtos, assim impactando também na vida social, a imediaticidade.

Portanto, os paradigmas capitalistas mediante as crises estruturais obtêm novas roupagens, no qual utilizar-se-á do Estado Burguês, mantendo o caráter de classe. Nessa direção, as transformações societárias regem as relações no sistema capitalista, cujo no século XXI depara-se como novos desafios para a classe que vive do trabalho, lutar contra a lógica cruel do capital.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Capitalismo Do Século XXI**. In: *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 239, p. 681-697, 2016.

GOMES, Claúdia Maria Costa. **A CENTRALIDADE DO DIREITO NA CULTURA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA:** Tendências presentes no Serviço Social. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

JÚNIOR, Plínio de Arruda Sampaio. Crise econômica mundial e tendências da divisão internacional do trabalho. **In: Teoria del valor y crisis. Org. Juan Arancibia.** Impreso y hecho en México, 2019.

HARVEY, David. **Para entender o capital**: livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 89-162 (Seção II [Do capital à força de trabalho] e Seção III [O processo de trabalho e a produção de mais-valor/ A jornada de trabalho).

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** Tradução de João Alexandre Pechanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

LUPATINI, Márcio. Crise do Capital e Dívida Pública. In: **Financeirização, fundo público e política social.** (orgs) Evilasio Salvador [et al]. São Paulo: Cortez, 2012. p. 59-91.

MARX. Karl. **A lei geral da acumulação capitalista.** O Capital vol.I, Livro II, XXIII cap. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

NETTO, José Paulo. Crise do Capital e consequências societárias. In: **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n. 111, p. 413 – 429, jul/set. 2012.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política:** uma introdução crítica. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2012 (Biblioteca básica de serviço social; v. 1)

NOVAES, André. **Consenso de Washington:** crise do Estado Desenvolvimentista e seus efeitos sociais – um balanço crítico. In: Revista Ensaios – n.1, v.1, ano 1, 2º semestre de 2008.

MÉSZÁROS, István. **A Crise estrutural do Capital**. In: Revista Outubro, nº 4, 2000.

_____. **A Crise Atual.** In: A Crise Estrutural do Capital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.